[Recensão a] A. H. de Oliveira Marques — Antologia da Historiografia Portuguesa

Autor(es): Pereira, António J. da Silva

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43980>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_1_12

Accessed : 26-Apr-2023 13:18:22

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. I

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

RECENSÕES CRÍTICAS

A. H. DE OLIVEIRA MARQUES — **Antologia da Historiografia Portuguesa**, Lisboa, Publicações Europa-América, 1.º vol. Agosto de 1974, 256 pp.; 2.º vol. Julho de 1975, 289 pp.

Da pena dum dos mais destacados nomes da moderna historiografia portuguesa, este livro veio preencher uma lacuna sensível. Proporciona, de facto, ao nível de disciplinas propedêuticas do curso de História ou no plano da investigação e da cultura, um seguro instrumento de trabalho e de reflexão no âmbito do desenvolvimento das sistematizações históricas em Portugal.

Na *Introdução*, que ocupa quarenta e seis páginas do volume primeiro, Oliveira Marques supera imperativamente o eruditismo cartorial que tem sido persistente na história-conhecimento lusiada, apresentando uma valiosa síntese das linhas mestras da evolução da historiografia portuguesa, firmando-se, o que é de todo importante, numa teoria da história. A pesquisa do passado humano obedece a um apelo inelutável de *identificação* que visa situar o homem perante o evoluir do processo histórico e perante si mesmo. Não se confunde, pois, com o luxo contemplativo do antiquário ou do necrolatra.

Não sendo um modelo de virtudes nem um modelo de vícios, a história é, certamente, um modelo de vida, uma forma de conhecimento que, mediante a recuperação teórica do real acontecido intenta «liquidar» o passado, esclarecer pertinentemente os «limites da competência» desses dois planos coalescentes e rivais, o passado e o presente. A relação entre o historiador e o seu objecto é intersubjectiva e reciproca, e pressupõe um esforço de adaptação da mente teórica (historiador) à realidade acontecida (factos). É do difícil equilíbrio intelectual desta acomodação dialógica que resulta o produto líquido história-conhecimento. É que a realidade pretérita necessita de ser questionada, configurada teoricamente, pelo analista do passado, para poder «responder» em termos de racionalidade e inteligibilidade. Essa apropriação teórica do acontecido obsta, evidentemente, a que a história-investigação seja um duplicado fotográfico ou uma reprodução mecânica do processo histórico. Da reflexão que nos suscita o longo espectro de séculos de discurso histórico organizado antologicamente pelo Autor, fica-nos ainda a ideia renovada de um esforço centenário de adaptação do homem a desafios constantemente diversos, da superação provisória das contradições vivenciais e estruturais, da porfiada busca de critérios de juízo estáveis e definitivos, mas que continuamente se revelam relativos porque «históricos»; enfim, a consciência da recusa necessária de projectos

extrahistóricos de análise e intelecção do social, e a convicção mais radicada de que a perquisição histórica é, verdadeiramente, um instrumento «privilegiado» de cosmo-visão.

O desenvolvimento sistemático da historiografia portuguesa inicia-se na *Antologia* com a época medieval. Os obituários, os anais, os livros de linhagens, os registos memorialísticos de intenção pragmática, a evolução do género «crónica» na corte portuguesa, são sucessivamente analisados, modelizados, integrados teoricamente. Sucede-se-lhe a historiografia portuguesa na época moderna (primeiro ciclo), com as figuras salientes de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, em que travamos contacto com o apuramento da capacidade narrativa, com a «oficialização» da história, com a tendência panegírica e laudatória, com os aspectos de preocupação rigorista. Com João de Barros, Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, Diogo do Couto, Damião de Góis, encontramos personalizada a historiografia portuguesa quinhentista na sua narrativa e interpretação do processo da expansão ultramarina, no alargamento dos quadros teóricos da história mediante a integração de civilizações extraeuropeias, na «censura», na tendência experimentalista.

Na historiografia seiscentista, com figuras cimeiras em Fr. Bernardo de Brito, Fr. António Brandão, Fr. Francisco Brandão, Fr. Rafael de Jesus, D. Luís de Meneses, ressaltam a projecção da exaltação místico-nacionalista, a influência da ideologia clerical, os primeiros passos das ciências auxiliares da história. Seguidamente, vem o importante núcleo da historiografia portuguesa no século XVIII. Avultam as figuras relevantes de D. António Caetano de Sousa, Pascoal de Melo Freire, António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, José Anastácio de Figueiredo. É a última expressão da historiografia absolutista-clerical, a erudição compilativa, o trabalho da Academia Real da História na sua vocação conservadora. Mas é também o tempo da rotação no sentido de uma nova história, com o impacto do Iluminismo no domínio historiográfico, o tempo de uma história laica voltada para as instituições e a sociedade, e do surto expansivo das ciências auxiliares da história. É enfim a Academia Real das Ciências na sua vocação progressista.

A historiografia portuguesa no século XIX é um momento de revolução cultural. É a história considerada definitivamente como matéria de ciência, o triunfo definitivo do laicismo no método e na teoria, o aprofundamento sério do interesse por aspectos económicos, sociais e culturais. Alexandre Herculano, Luz Soriano, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Oliveira Martins, Gama Barros, povoam este momento alto do espírito cultural pátrio.

A caracterização da historiografia portuguesa no século XX, desde o baixo vulto do primeiro terço do século, passando pela produção subsequente bastante marcada pelo eruditismo e apego às posições e pressões ideológicas do regime de 1926 (exceptuando-se poucas linhas independentes e de pensamento democrático), alcança as coordenadas de uma nova história empenhada num modelo totalizante, fazendo uso dos vários modos de investigação que a comunicação interdisciplinar sugere, pretendendo alcançar a compreensão plenária das estruturas de uma sociedade. Nesta «nova história» têm um papel decisivo os homens da geração de 1939-45, numa decidida abertura à influência internacional em que é imperativo destacar o peso dos *Annales*, da 6.^a secção da *École Pratique des Hautes Études*, do C. N. R. S de Paris.

Os historiadores «escolhidos» por A. H. de Oliveira Marques e de cuja produção foram extraídos os textos ilustrativos da *Antologia* são, para o primeiro volume, que cobre a historiografia portuguesa desde a época medieval até à geração de 1830, os seguintes (em número de quarenta e dois): Conde D. Pedro, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, Duarte Galvão, Garcia de Resende, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, Damião de Góis, Jerónimo Osório, Gaspar Frutuoso, Diogo do Couto, Fr. Luís de Sousa, Fr. Bernardo de Brito, D. Rodrigo da Cunha, Manuel Severim de Faria, Fr. António Brandão, Manuel de Faria e Sousa, Baltasar Teles, Jacinto Freire de Andrade, Fr. Francisco Brandão, D. Francisco Manuel de Melo, Fr. Rafael de Jesus, Conde de Ericeira, Francisco Leitão Ferreira, Fr. Manuel dos Santos, José Soares da Silva, António Caetano de Sousa, Fr. Manuel da Rocha, Pascoal de Melo Freire, António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, Cardeal Saraiva, Fr. Fortunato de S. Boaventura, Visconde de Santarém, Manuel António Coelho da Rocha, Luz Soriano, José Silvestre Ribeiro, Cunha Rivara. Para o segundo volume, que cobre a historiografia nacional desde Alexandre Herculano até aos anos setenta, são cinquenta e três os nomes escolhidos, o que nos dá a medida do confortador e louvável peso, na *Antologia*, da historiografia contemporânea e recente: Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, José Ramos Coelho, Teixeira de Aragão, Latino Coelho, Gama Barros, Costa Lobo, Alberto Sampaio, Pinheiro Chagas, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Oliveira Martins, Sousa Viterbo, Gabriel Pereira, José de Arriaga, Braamcamp Freire, Joaquim de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, Francisco Esteves Pereira, Lúcio de Azevedo, Basílio Teles, José Leite de Vasconcelos, Joaquim Bensaúde, Maximiano de Lemos, António Ribeiro de Vasconcelos, Queirós Veloso, Vítor Ribeiro, Luciano Pereira da Silva, Duarte Leite, David Lopes, Fortunato de Almeida, Pedro de Azevedo, António Baião, Reinaldo dos Santos, António Sérgio, Jaime Cortesão, Veiga Simões, Vergílio Correia, Rui de Azevedo, Damião Peres, Paulo Merêa, Joaquim de Carvalho, Manuel Rodrigues Lapa, Torquato Soares, Mário Chicó, Marcelo Caetano, Virgínia Rau, Avelino de Jesus da Costa, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Armando de Castro, Joel Serrão, Jorge Borges de Macedo.

Deste livro válido e intelectualmente rico, que tem como um dos melhores títulos a análise autorizada e a ilustração criteriosa da historiografia contemporânea e recente, fica-nos, no entanto, a desagradável surpresa de não lermos a mais pequena referência a José Sebastião da Silva Dias, autor consagrado de obras fundamentais como *Portugal e a Cultura Europeia*, *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal*, *A Política Cultural da Época de D. João III*, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI*, *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal*, a mais destacada figura portuguesa no pelouro da história das ideias, nesta segunda metade do século XX, e que tem sem dúvida, como historiador, o lugar paralelo de Vitorino Magalhães Godinho.

ANTÓNIO J. DA SILVA PEREIRA